

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
BUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JÚLIO CÉSAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MAL CUESTRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

As contradições de um governo gastador



Mais do que cobrar responsabilidade fiscal do Legislativo, o governo precisa cortar seus próprios gastos e apostar no caminho da boa política para solucionar impasses com o Congresso

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o Congresso Nacional também precisa ter responsabilidade fiscal. A cobrança foi uma resposta à péssima – e previsível – reação dos parlamentares à desastrosa ação do governo no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e dos municípios.

Para o ministro, o mais recente capítulo dessa novela expõe uma relação desequilibrada entre os Poderes, na

qual o Executivo teria de assumir o ônus da austeridade sozinho, enquanto o Congresso estaria livre para criar despesas ou renunciar a receitas sem ter a obrigação de compensá-las. “Virou um parlamentarismo que, se der errado, não dissolve o Parlamento, e sim a Presidência da República, e chama o vice”, disse Haddad, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*.

Haddad até tem alguma razão no diagnóstico. De fato, quando a meta fiscal deixa de ser cumprida, a culpa recai majoritariamente sobre o presidente da República, ainda que o Legislativo

também tenha sua parcela de contribuição no resultado, sobretudo em razão das emendas parlamentares e do fundo eleitoral.

Caberia, no entanto, uma dose de autocrítica por parte do governo para que o Legislativo não fizesse ouvidos moucos ao apelo de Haddad. Com que autoridade o governo se sente à vontade para cobrar alguma austeridade do Congresso semanas depois de pedir ao mesmo Congresso autorização para gastar R\$ 15 bilhões a mais neste ano e de anunciar a mudança, para pior, das metas fiscais de 2025 e 2026?

No caso específico da desoneração da folha de pagamento, seria de bom tom que o governo tivesse humildade para reconhecer o custo da prepotência de se ausentar do debate com o Legislativo enquanto ele ocorria. Não é segredo que Lula da Silva não tenha maioria na Câmara e no Senado, mas onde estavam seus representantes quando os setores se articulavam pela extensão do benefício e a política era aprovada em sessões públicas na Câmara e no Senado?

O veto presidencial à desoneração e a publicação de uma medida provisória anulando a proposta aprovada pelo Legislativo no apagar das luzes de 2023 já haviam sido mal recebidos, mas a ação apresentada pela Advocacia-Geral da União (AGU) ao STF foi uma verdadeira declaração de guerra à política. A rapidez com que o ministro Cristiano Zanin concedeu a liminar bem como os quatro votos favoráveis que sua decisão já recebeu mostram que o governo não terá pudor em fazer uso da aliança com o STF para empardar o Congresso.

É verdade que o Legislativo conquistou

to um poder crescente e até desproporcional para definir como parte do Orçamento deve ser gasta na forma de emendas, mas também é fato que o Congresso aprovou toda a agenda econômica defendida por um governo que não detém maioria no Legislativo. Ainda que essas medidas tenham sido parcialmente desidratadas, elas foram fundamentais para garantir um impulso à arrecadação no primeiro trimestre, e é nela que o governo se agarra para alcançar a meta fiscal deste ano.

Nesse sentido, a reação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), é absolutamente compreensível. "Uma coisa é ter responsabilidade fiscal, outra bem diferente é exigir do Parlamento adesão integral ao que pensa o Executivo sobre o desenvolvimento do Brasil", afirmou, em resposta ao ministro Haddad.

Mais do que cobrar o Legislativo, é papel do governo dar o exemplo e tomar a iniciativa de cortar seus gastos. Em paralelo, é prudente não acirrar ainda mais os ânimos e voltar a apostar no caminho da boa política. Ainda que o governo vença a batalha da desconexão com o apoio do Judiciário, esse episódio terá consequências nefastas nas relações entre os Poderes.

O Legislativo certamente vai reagir com iniciativas para podar o poder do Judiciário e será pouco receptivo a qualquer outra iniciativa enviada pelo Executivo ao Congresso, o que é especialmente grave no momento em que os parlamentares se preparam para regulamentar a reforma tributária. Não será dessa maneira que o equilíbrio entre os Poderes será restabelecido. ●

O Brasil no 'Eixo da Revolta'

A deplorável aliança com Irã, China e Coreia do Norte para dar fôlego à Rússia do delinquente Putin só é explicável pela megalomania de Lula, que se arvora em líder do ‘Sul Global’

A despeito das pesadas sanções impostas pelo Ocidente à Rússia por conta de sua guerra criminoso contra a Ucrânia, Vladimir Putin tem obtido êxitos na frente de batalha e no plano econômico. A economia russa está longe da exuberância em meio ao conflito. Ao mesmo tempo, porém, está distante do eventual colapso que, na visão dos países sancionadores, talvez pudesse levar ao fim da guerra e, quiçá, à responsabilização de Putin por seus crimes. A China, claro, é a grande responsável pela vitalidade desse regime delinquente, mas, desafortunadamente, parte considerável do fôlego de Putin tem vindo do Brasil.

O Estadão revelou há poucos dias que, neste terceiro mandato presiden-

cial de Lula da Silva, o Brasil expandiu os laços econômicos com a Rússia. Tal é o grau de cooperação entre os dois países atualmente que, em 2023, a meta de trocas comerciais entre o "B" e o "R" dos Brics originários - US\$ 10 bilhões - foi superada pela primeira vez em duas décadas. No ano passado, o volume de negócios com Moscou chegou a US\$ 11,3 bilhões. Hoje, o Brasil é o maior comprador de diesel russo (6 milhões de toneladas adquiridas em 2023). Os fertilizantes russos vêm em seguida na agenda comercial do País, respondendo por compras que chegam a quase US\$ 4 bilhões ao ano.

Lula, como se vê, não quer saber se há mais de dois anos Putin comete atrocidades em série na Ucrânia e ameaça a paz na Europa como nunca

antes alguém o fez desde o final da 2.^a Guerra. Tampouco tem procurado alternativas decentes para a aquisição daqueles produtos. Ao optar por negociar com a paria internacional, Lula decerto aproveita uma vantagem comercial para adquirir insumos essenciais para as próprias atividades econômicas do Brasil. Afinal, com poucos países para transacionar diante do cerco internacional, Putin se vê obrigado a oferecer condições competitivas àqueles que se dispõem a fazer negócios com um criminoso de guerra. Mas o barato sai caro.

Em que pese o apelo comercial, sobretudo no caso dos fertilizantes, matéria-prima para o segmento mais pujante da economia brasileira, o agronegócio, o que Lula busca, na verdade, é o fortalecimento do tal "Sul Global", aliança anticolonial da qual o petista mal disfarça o desejo de ser proclamado líder. Imbuído desse espírito megalomaniaco, o presidente da República não parece ter perdido um minuto de sono preocupado com o alto preço político que sua escolha impõe ao Brasil. Para dizer o mínimo, sob Lula, o País tem afrouxado cada vez mais os laços que o unem aos valores ocidentais que, historicamente, constituíram a espinha dorsal da política externa brasileira: a defesa da liberdade, dos direitos humanos, do Estado Democrático de Direito, do multilateralismo e da

solução pacífica dos conflitos.

Não se sabe se por ignorância, má-fé ou péssimo aconselhamento, Lula tem confundido o protagonismo dessa ficção chamada "Sul Global" com a defesa de uma nova governança internacional mais adequada para um mundo "multipolar". O busillis é que não há multipolaridade alguma em jogo. O que está em curso é a união de um punhado de ferozes ditaduras em busca de ajuda mútua contra os Estados Unidos, a União Europeia e tudo mais que possa ser interpretado pelos autoritários como ameaças a seus desígnios liberticidas. É a esse tipo de aliança que o Brasil deveria pertencer? É a isso que Lula da Silva pretende rebaixar o País?

Do ponto de vista estratégico, ou seja, a longo prazo, o Brasil não tem rigorosamente nada a ganhar alinhando-se ao que a revista *Foreign Affairs* chamou de o "Eixo da Revolta". Trata-se da conjunção de esforços da China, do Irã e da Coreia do Norte para fortalecer a Rússia, enfraquecer o Ocidente, em particular os Estados Unidos, e, como se não bastasse, violentar a soberania ucraniana. O Brasil, segundo analistas internacionais, considerado um país "estratégico" para o triunfo desse clube antiocidental – o que, mais que uma vergonha, representa uma traição aos princípios que nos constituem como nação. ●